

**Boletim de  
Monitoramento e  
Enfrentamento às  
Violências nas  
Favelas da Maré**

**2ª Edição • 2022/2023**

NÃO AGUENTAMOS  
— MAIS —  
MATANÇA  
JOVENS EM FALTA  
DA  
SEGURANÇA



Boletim de  
**Monitoramento e  
Enfrentamento às  
Violências nas  
favelas da Maré**

2ª EDIÇÃO • 2022/2023

rede<sup>da</sup>maré

---

## APRESENTAÇÃO

O segundo **Boletim de monitoramento e enfrentamento às violências nas Favelas da Maré** é uma iniciativa do eixo Direito à Segurança Pública e Acesso à Justiça, da Redes da Maré. Tem por objetivo apresentar os dados sobre as diferentes violências e violações de direitos que atingem a população do conjunto de Favelas da Maré, no Rio de Janeiro, onde residem cerca de 140 mil pessoas, distribuídas em 16 Favelas (ver nota sobre Marcílio Dias). Coletadas e sistematizadas pelo projeto **De Olho na Maré**, no período entre julho de 2022 e junho de 2023, essas informações foram identificadas no contexto de acolhimentos, atendimentos e acompanhamentos realizados pelos profissionais da Redes da Maré, diretamente com moradores que relataram o que sofreram. São pessoas que testemunham e registram as violências associadas a questões como gênero, mobilidade, saúde mental, racismo, entre outras.

Entre as variadas formas de violências e violações de direitos identificadas, o uso da arma persiste, lamentavelmente, como a mais significativa. Importante pontuar que esse cenário se manifesta, de forma direta, no momento em que ocorrem operações policiais ou quando acontecem confrontos entre grupos armados, mas não somente. A criminalização e estigmatização do território, marcado pelo estereótipo da violência armada, impacta diretamente o acesso à justiça e à proteção social de seus moradores.

Nessa perspectiva, a necessidade de sistematização dos dados aqui apresentados está inserida em uma estratégia da Redes da Maré de pautar sua atuação em evidências e informações confiáveis, que possam subsidiar um processo efetivo e eficaz de incidir sobre as políticas públicas e o acesso à justiça. Ademais, essa ini-

ciativa é uma resposta concreta às demandas que chegam à Redes da Maré trazidas por moradores, profissionais, grupos e coletivos que atuam nas Favelas da Maré, sobre a gravidade e o tipo de violações de direitos que ocorrem.

Esse esforço é um dos caminhos que nos possibilita criar formas organizadas de fomentar o acesso à justiça e à rede de proteção social existente, buscando, assim, diminuir as violações de direitos.



---

## COMO FAZEMOS A COLETA DOS DADOS

O projeto “De Olho na Maré!”, acompanha e sistematiza, desde 2016, as informações sobre os confrontos armados que acontecem em 15 favelas da Maré. Um processo minucioso que envolve o registro, a forma e os efeitos do uso indiscriminado de armas de fogo por agentes públicos e integrantes de redes ilícitas e criminosas com atuação na região.

Nesse processo, contudo, nos deparamos com uma série de violências, muito expressivas, que não estão diretamente ligadas ao uso de arma de fogo e que precisavam ser qualificadas para serem enfrentadas, denunciadas e combatidas. Em 2022 nasce este Boletim, que está na segunda edição e se propõe a registrar e analisar, anualmente, as informações sobre outras formas de violências e violações de direitos que atingem grupos específicos das populações que residem nas favelas da Maré.

A ampliação da identificação e dos registros das violências, bem como das diferentes dinâmicas que produzem as violações de direitos no cotidiano dos moradores das favelas da Maré, faz parte de uma estratégia maior da Redes da Maré voltada para o enfrentamento das violências inaceitáveis em qualquer contexto sociopolítico. Esse trabalho, realizado diretamente pelo eixo Direito à Segurança Pública e Acesso à Justiça, combina ações de pesquisa, formação, mobilização e incidência política para a efetivação do direito básico à vida e à segurança. O registro dos dados para o “**Boletim de monitoramento e enfrentamento das violências nas favelas da Maré**” tem uma abordagem cuidadosa, arrojada e fidedigna, visando capturar e organizar as informações relevantes que possam nos indicar os padrões e modo como as diferentes formas das violências atingem moradores nas favelas da Maré. Esses dados têm possibilitado uma visão geral e significativa sobre as pessoas que sofrem com essas violações

e violências, bem como contribuir para desnaturalizar a ideia de que essas violências acontecem pelo simples fato de suas vítimas residirem em regiões como as favelas e periferias.

### **Os dados foram coletados a partir das seguintes fontes:**

- i** Moradores(as) que sofreram diretamente algum tipo de violência e que buscam profissionais de todos os projetos da Redes da Maré. Nesse caso, o que as pessoas relatam sobre a violação é registrado num formulário e a partir daí são feitos encaminhamentos, conforme a disposição da vítima de buscar justiça ou reparação em relação à violação ocorrida. Importante frisar que pela diversidade das frentes de atuação das equipes, temos contato com diferentes perfis de públicos: mulheres, crianças e adolescentes, pessoas em situação de rua, pessoas que fazem uso prejudicial de álcool e outras drogas e população LGBTQIA+.
- ii** Rede de colaboradores composta por moradores e organizações atuantes na região das favelas da Maré que reportam as violências que chegaram até elas. Os casos são direcionados para a equipe do projeto Maré de Direitos e o atendimento à pessoa vitimada pode ser feito por busca ativa (quando a equipe vai até a pessoa vitimada) ou quando ela é trazida por quem identificou o caso.
- iii** Mapeamento de casos de violência veiculados pela mídia e que ocorreram em alguma das favelas da Maré. Essas informações também são verificadas pela equipe do projeto Maré de Direitos em contato com as vítimas ou familiares.

## MARÉ DE DIREITOS

O “Maré de Direitos” é um projeto do eixo Direito à Segurança Pública e Acesso à Justiça, da Redes da Maré, voltado ao atendimento sociojurídico e acompanhamento psicossocial, buscando ampliar o acesso a direitos dos moradores da Maré e interferir nas práticas sociais dos órgãos de justiça. O projeto é o principal fornecedor de dados para o monitoramento das diferentes formas de violências e vem se constituindo como um espaço que tem qualificado, a cada dia, o que temos chamado de atendimento direto. Na realidade, tem sido uma forma de acolher, acompanhar e agir junto aos moradores diante de suas dores e sofrimento.

O processo de coleta e identificação das violações de direitos tem como premissa a verificação das informações, a partir do atendimento direto às vítimas de violência ou seus familiares. Essa abordagem individualizada e pessoal permite a obtenção de dados detalhados e específicos sobre as situações de violências enfrentadas pelas pessoas, reconhecendo a singularidade de cada história e os seus efeitos de forma particular. Entendemos que isso nos ajuda a apreender uma visão complexificada do contexto estrutural dessas violações de direitos junto às populações de favelas.

Os dados coletados, sejam quantitativos ou qualitativos, são tratados e analisados rigorosamente para garantir a validade e a confiabilidade das informações divulgadas. Temos clareza que esse trabalho de produção de conhecimento acontece de forma coletiva, sendo fundamental a perspectiva trazida pelos profissionais no contato direto com as pessoas que sofreram qualquer tipo de violação de direitos no conjunto de favelas da Maré. As informações são expostas por meio de tabelas e infográficos que facilitam a leitura.



## NOTA SOBRE MARCÍLIO DIAS

Desde sua origem, a Redes da Maré compreende o conjunto de favelas da Maré a partir de suas dimensões históricas e geográficas, o que significava, à época, a inclusão de Marcílio Dias, além das 15 que compõem o bairro Maré. Isso fez sentido pelo fato delas compartilharem dinâmicas de ocupação parecidas, com desafios e lutas que sempre buscaram atuar de forma conjunta e em cooperação. São territórios que foram se constituindo a partir da construção de moradias em terrenos alagadiços margeados pela Baía de Guanabara, por conta da construção da Avenida Brasil, no início da década de 1940. No entanto, em 1994, com a definição pela Prefeitura do Rio de Janeiro dos limites territoriais para a oficialização do bairro Maré, Marcílio Dias não foi incluída formalmente no decreto que criou o bairro. Dessa maneira, o bairro tem, formalmente, 15 favelas. Os projetos da Redes da Maré continuaram a incluir Marcílio Dias em sua metodologia de atuação, englobando ações de mobilização, produção de conhecimento e incidência política e, por isso, os boletins e pesquisas, tradicionalmente, consideraram dados dessa favela também.

Contudo, a partir de meados de 2022, Marcílio Dias começou a apresentar uma dinâmica específica de violência armada, que vem dificultando a capilarização dos atendimentos aos moradores e a qualificação das informações sobre as violências que ali ocorrem, fato que diferencia a dinâmica de violência dessa favela em relação às outras 15.

Assim, apesar da Redes da Maré continuar atuando com determinadas ações em Marcílio Dias, não foi possível continuar o acompanhamento sistemático das violações de direitos da maneira como era feito e isso impactou na metodologia de coleta e sistematização dos dados junto ao projeto “De Olho na Maré”. Dessa maneira, a partir deste boletim, levaremos em conside-

ração apenas as dinâmicas das violências das 15 favelas que compreendem o bairro Maré. Essa decisão visa manter a coerência e a eficácia na abordagem das questões relacionadas à segurança pública na região, cabendo ressaltar que o motivo, como já mencionado, não tem relação com a definição territorial dada pelo município do Rio de Janeiro, mas sim, com a impossibilidade de validação dos dados levantados.



---

## GRUPOS MAIS SUSCETÍVEIS À VIOLÊNCIA

A partir de uma leitura interseccional, que fomenta interações complexas entre diversas formas de discriminação, como gênero, raça e classe social, os atendimentos a moradores nas favelas da Maré evidenciaram quais são os grupos da população mais suscetíveis às violências. No entanto, as dinâmicas das violências e violações de direitos ganham particularidade em favelas a partir de sua própria configuração territorial, onde algumas áreas são muito mais negligenciadas do que outras, portanto, consideramos importante interseccionar a categoria território em nossas análises. Por exemplo, ao considerarmos as vítimas de violência baseada em gênero, é possível perceber as consequências de um sistema patriarcal e seus efeitos na vida de meninas e mulheres, e a maneira como essas violências estão profundamente enraizadas na sociedade. A violência doméstica, o assédio sexual e as mais diversas formas de abuso perpetuam um ciclo de vulnerabilidade emocional e física fundamentado na categoria de gênero, ao explicitar a opressão sofrida por mulheres. Sobretudo ao considerar o ambiente intrafamiliar, os papéis sociais rígidos e as expectativas em torno da ideia de família. Esses elementos potencializam o isolamento/silenciamento, distanciando as mulheres do suporte necessário para romper o ciclo da violência.

Outro exemplo que enfatiza a necessidade de olharmos de forma interseccional para esses dados está na constatação do racismo estrutural aliado à categoria de gênero que posiciona os homens negros (pretos e pardos) como grupo social de maior risco aos efeitos da violência armada, nos impulsionando a produzir leituras complexas e contextualizadas sobre segurança pública como direito.

Ao interseccionar-se a categoria etária, observamos que crianças e adolescentes também constituem uma parcela da população mais exposta às violências, sobretudo ao acrescentar os marcado-

res de gênero, raça, território e classe. Elas estão mais suscetíveis a abuso físico, sexual e emocional, nas relações intra e extra familiares, e contam com acesso limitado à rede de cuidado e proteção. A dificuldade do acesso a políticas de proteção social, muitas vezes agravada pela falta de acesso a direitos, perpetua ciclos de violência que se estendem por gerações.

No caso da população em situação de rua, observa-se um conjunto único de ameaças a ser enfrentado, incluindo agressões físicas, exploração e negligência, frequentemente sem acesso adequado a cuidados médicos ou habitação estável.



### GRUPOS MAIS SUSCETÍVEIS À VIOLÊNCIA



MULHERES



HOMENS NEGROS



CRIANÇAS E ADOLESCENTES



POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA



POPULAÇÃO LGBTQIA+



PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

## Mulheres:

A violência contra a mulher é uma realidade que atravessa a sociedade brasileira em seus mais diversos extratos sociais, abrangendo todas as classes, todas as raças e etnias, sexualidades e ambientes, sendo historicamente presente em múltiplos contextos culturais ao redor do mundo. As dinâmicas sociais nas favelas da Maré também se situam nesta estrutura de reprodução da opressão e naturalização da violência contra mulheres, tendo apresentado um número considerável de mulheres vitimadas.

A violência baseada em gênero, neste caso, ocorre pelo fato das vítimas serem mulheres. Sua origem está nos arranjos desiguais da sociedade, que historicamente colocam os homens em posição de superioridade e domínio. Estruturas sociais rígidas naturalizam o homem como sujeito de poder, autoridade e prestígio social. É alto o número de pessoas do sexo feminino que sofrem alguma violência no ambiente doméstico por parte de seus conjuges ou parceiros íntimos, de relações atuais ou passadas. O que corrobora com o aumento das denúncias de violência em todo Brasil. Muitos desses casos culminam em feminicídios, que infelizmente tem apresentado números em crescimento, tendo batido recorde de registro no ano de 2022 segundo o Monitor da Violência, do Portal G1, que se baseia nos estudos do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e no Núcleo de Estudos da Violência da USP<sup>3</sup>.

As mulheres, independente da orientação sexual, do status de relacionamento, condição física, da idade, classe social e raça encontram-se em constante situação de risco diante de uma sociedade patriarcal, no entanto é importante ressaltar que as leituras interseccionais são urgentes para compreender a complexidade não apenas das violências sofridas, mas também de acesso à garantia de direitos e acolhimento, na busca por uma justiça que seja também estruturalmente reparatória.

## Mulheres negras (pretas e pardas):

Ao unir a categoria de raça e gênero, consideramos uma série de questões históricas específicas que se manifestam em violência e ódio racial contra pessoas pretas e pardas. Neste raciocínio, mu-

---

3. VELASCO, Clara; GRANDIN, Felipe; PINHONI, Marina; FARIAS, Victor.

"Brasil bate recorde de feminicídios em 2022, com uma mulher morta a cada 6 horas". Portal G1, 08 mar. 2023. Disponível em: <<https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2023/03/08/brasil-bate-recorde-de-feminicidios-em-2022-com-uma-mulher-morta-a-cada-6-horas.ghtml>>. Acesso em: 24 mai. 2023.

lheres negras sofrem uma dupla opressão sistêmica que consequentemente amplia a vulnerabilidade deste grupo social. No contexto de favelas, incluímos a categoria do território como um fator a mais de opressão, tendo em vista que esses espaços não são coincidentemente constituídos por uma maioria de mulheres, maioria de pessoas negras e de classes sociais mais baixas. A dimensão de raça, classe, gênero e território se faz presente, atuando, na prática, como fatores determinantes, e isso se mostra no fato de 2/3 de mulheres vítimas de violência na Maré serem auto-declaradas pretas ou pardas.

### Homens negros (pretos e pardos):

Hegemonicamente, as pesquisas que realizam levantamento de dados sobre violência demonstram que o racismo é o principal elemento condutor de uma série de violências praticadas contra a população favelada. Historicamente, homens negros trazem consigo um estigma social de desumanização que se iniciou no período de escravização africana associando as características fenotípicas destes indivíduos a inúmeros estereótipos de animalização, brutalidade e criminalidade. Com a ausência de políticas públicas de reparação e inclusão social, esses estereótipos associados a vulnerabilização social e econômica constituiu este grupo como potencialmente ameaçador da “ordem urbana/social”, os posicionando no senso comum como inimigos públicos, e por isso, alvos “certeiros” dos agentes de segurança pública. Embora essas teorias/práticas racistas, que associavam biologicamente o homem negro à tendência de práticas criminosas e a brutalidade tenham sido cientificamente rejeitadas, a sociedade ainda reproduz tais ideias, ao relacionar este grupo social à criminalidade na grande mídia, nas artes e no pseudo conhecimento intelectual. Segundo dados do relatório Violência Armada e Racismo, do Instituto Sou da Paz, baseado em informações do Ministério da Saúde e do IBGE, em 2020, o número de homens negros (pretos e pardos) vítimas de homicídio no Brasil foi quatro vezes superior ao número de homens não-negros<sup>4</sup>. Na realidade das favelas da Maré, com 62% de população negra, e onde os agentes da segurança públi-

---

4. ARCOVERDE, Lea. “Taxa de homicídio de homens negros no Brasil é quase 4 vezes maior do que a de não negros, aponta estudo”. Portal G1, 19 nov. 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/11/19/taxa-de-homicidio-de-homens-negros-no-brasil-e-quase-4-vezes-maior-do-que-a-de-nao-negros-aponta-estudo.ghtml>>. Acesso em: 24 mai. 2023.

ca atuam, historicamente, de forma muito violenta, é necessário considerar que os homens negros são os mais vitimados pela violência armada.

### **Crianças e adolescentes:**

Este público é potencialmente mais vulnerabilizado devido à sua condição de desenvolvimento biológico, psíquico e social e de acentuada dependência de pais, familiares, responsáveis, poder público e sociedade de maneira geral. As crianças e adolescentes são vítimas de inúmeros tipos de violências. Os dados coletados pela Redes da Maré mostram que a maioria das vítimas entre 0 e 18 anos são mulheres, apresentando relatos de violência física, psicológica e sexual, e seus mais diversos arranjos e formas. É um grupo que precisa ser observado com atenção, devido não apenas à sua vulnerabilidade como também ao impacto duradouro dos efeitos dessas violações sobre a vida desses indivíduos, cujas consequências se apresentam no desenvolvimento físico, mental e emocional.

### **População em situação de rua:**

Este grupo traz uma especificidade na consideração analítica devido às circunstâncias nas quais está submetido. São geralmente situações de vulnerabilidade que compreendem a intersecção de diferentes opressões estruturais em seus marcadores sociais, que pioram as situações de acesso à moradia, insegurança alimentar, dificuldades no acesso ao mercado de trabalho e fontes de renda, o risco do uso abusivo de álcool e outras drogas e da dependência química e outras circunstâncias que colocam essas pessoas sob enorme exposição a violações. As pessoas em situação de rua sofrem com a violência armada nas favelas da Maré, seja durante as operações policiais e os abusos ocorridos por parte de agentes do Estado, seja na dinâmica cotidiana dos grupos civis armados do território.

Traços de uma política higienista ainda são comuns, especialmente se tratando de favelas, local visto pela sociedade como um problema a ser eliminado.

## População LGBTQIA+:

Este grupo social sofre os efeitos das imposições sociais e normativas de gênero para determinar expressões individuais de sexualidade e de identidade através da opressão, da imposição, do controle e do preconceito. A LGBTfobia é uma característica e um problema presente em diversas sociedades. O Brasil é um dos lugares mais nocivos para esta população, tendo no ano de 2022 registrado um total de 273 homicídios dessa população (um a cada 32 horas), segundo o Dossiê de Mortes e Violências contra LGBTQIA+ no Brasil<sup>5</sup>. Estes dados apontam a vulnerabilidade deste grupo social.

## Pessoas com deficiência:

É um grupo social que vivencia uma série de violações cotidianamente, pela falta de preparo e de estrutura da sociedade para incluir as pessoas com deficiência de acordo com suas especificidades e subjetividades. A dificuldade de acesso à cidade e serviços públicos também se repete na Maré, onde a maioria dos espaços não são pensados para essa população, além das outras formas de capacitismo que a aflige. O histórico higienista do Brasil traz consequências para os dias atuais, como a falta de inclusão e os preconceitos tanto para quem tem uma deficiência física ou mental. As várias formas de violências presentes no território da Maré e fora dele leva ao desenvolvimento ou agravamento de distúrbios psicológicos. Essas pessoas também se tornam vulneráveis à entrada em um ciclo de violência física e psicológica, à violência autoinfligida, ao suicídio, ao envolvimento com grupos armados e ao uso de drogas acompanhado da dependência química.

---

5. OBSERVATÓRIO de Mortes e Violências LGBTQIA+ no Brasil. Dossiê denuncia 273 mortes e violências de pessoas LGBTQIA+ em 2022. 8 mai. 2023. Disponível em: <<https://observatoriomorteseviolencias-lgbtibrasil.org/dossie/mortes-lgbt-2022/>>. Acesso em 25 mai. 2023.

---

## INTERSEÇÃO DAS VIOLÊNCIAS: UM CASO EM UMA DAS FAVELAS DA MARÉ

Em um episódio que lança luz sobre as dolorosas interseções da violência e da complexidade social, um caso de violência sexual emergiu de uma das favelas da Maré, trazendo à tona a necessidade urgente de abordagens sensíveis, respeitosas e justas para enfrentar tais situações. Uma mulher, buscando acolhimento e atendimento técnico, compartilhou uma história de profundo sofrimento, revelando que sua filha adolescente foi vítima de violência sexual perpetrada por seu próprio avô, o genitor da denunciante. Um elemento ainda mais doloroso se fez presente quando a mulher relatou que também havia sido vítima de violência sexual por parte do mesmo agressor quando era adolescente.

A disseminação do caso entre os moradores gerou um debate intenso, com os comentários variando entre choque, empatia e raiva. No entanto, a situação logo tomou um rumo trágico quando integrantes de grupos armados locais foram convocados por moradores a tomar parte do conflito que se instalou, o que acabou causando mais uma morte na região. Essa ação, embora possa ser vista como uma resposta à busca por justiça, desencadeou preocupações profundas sobre a autotutela e a ausência de um sistema jurídico formal e equitativo.

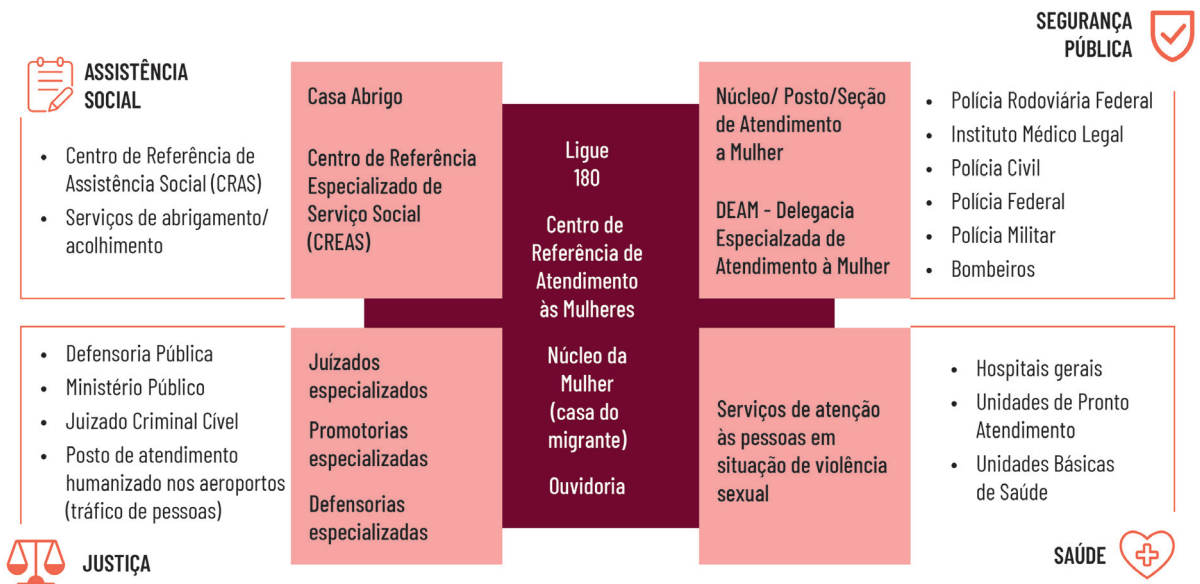
Este caso ilustra a complexidade e a sensibilidade que envolvem as questões de violência e abuso em contextos onde o Estado se exime de seu papel como faz em outras partes da cidade. Além de exigir uma análise crítica sobre a eficácia das instituições de justiça e proteção social, essa narrativa também ressalta a necessidade de intervenções preventivas e educacionais para interromper o ciclo de abuso e oferecer suporte às vítimas. Promover um ambiente seguro onde as vozes das vítimas sejam ouvidas e respeitadas, enquanto se busca uma justiça imparcial e humanitária, é crucial para garantir que eventos tão devastadores não se repitam e para proteger os direitos humanos fundamentais de todos os envolvidos.

# ENFRENTAMENTO ÀS VIOLÊNCIAS: ARTICULAÇÃO ENTRE OS SERVIÇOS DE ENFRENTAMENTO DAS VIOLÊNCIAS

## VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Articulação entre os serviços de enfrentamento de violência contra as mulheres

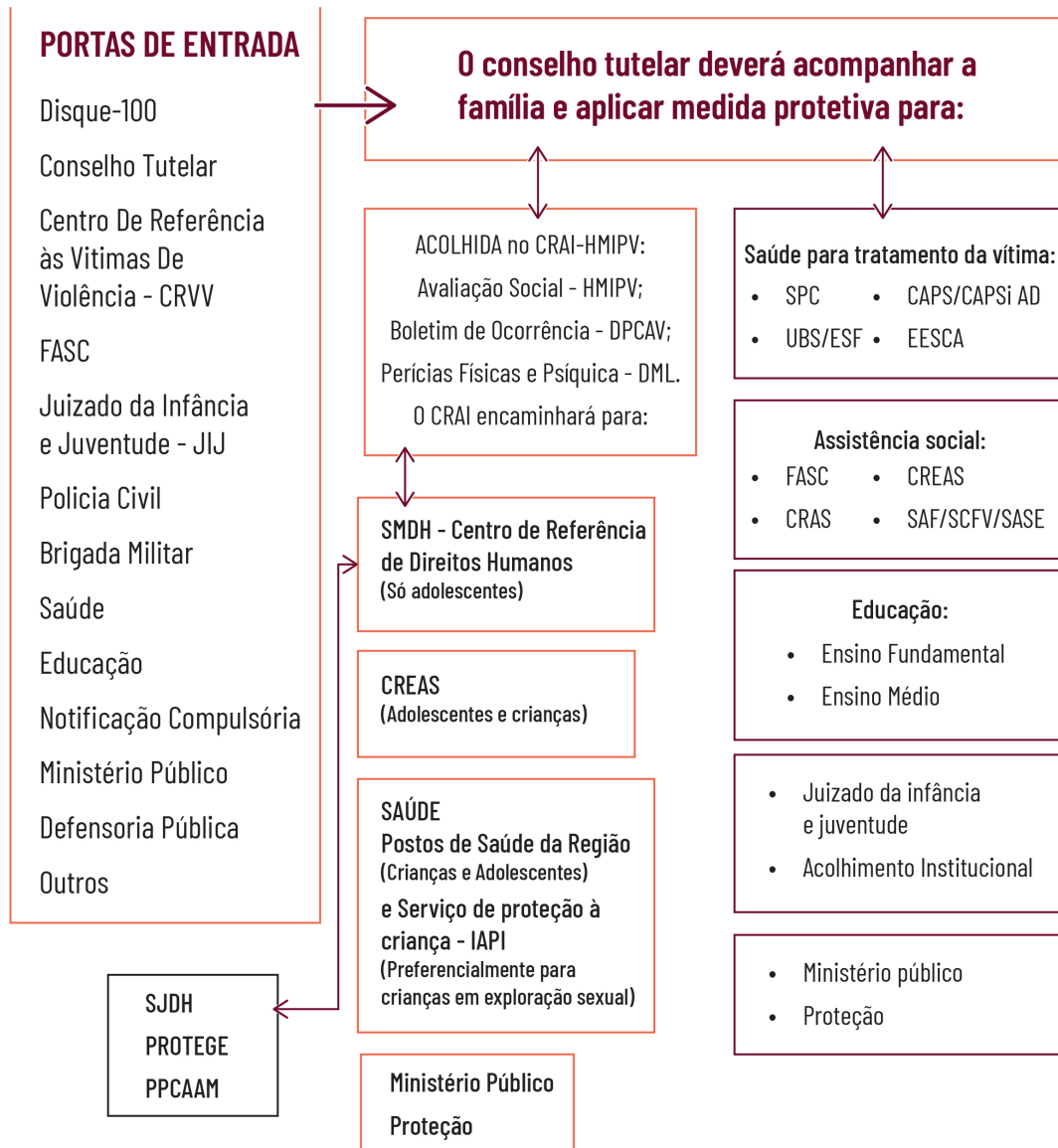
- Serviços não especializados
- Serviços especializados ligados à Justiça, Segurança Pública, Assistência Social e Saúde.
- Serviços especializados de atendimento à mulher vinculados aos organismos de políticas para as mulheres



## ASSISTÊNCIA DE ATENÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA SEXUAL



# ASSISTÊNCIA DE ATENÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE EM EXPLORAÇÃO SEXUAL



---

## O QUE PODE SER FEITO NAS FAVELAS DA MARÉ EM RELAÇÃO ÀS VIOLÊNCIAS E VIOLAÇÕES?

Este boletim destaca a persistência da violência contra as mulheres, reiterando um cenário já observado em ciclos anteriores. A fim de combater e mitigar os impactos dessa forma de violência, que é profundamente entrelaçada com as estruturas patriarcais e racistas da sociedade, reconhecendo que as mulheres negras (pretas e pardas) são as mais afetadas dentro desse contexto, é crucial que a abordagem militarizada não se configure como o único caminho mais eficaz. É preciso compreender que ao contrário disso, muitas vezes, essa forma de atuação resulta no aumento da violência contra esse próprio grupo social, como atestado nos 43 casos de mulheres que enfrentaram algum tipo de violência perpetrada por agentes da segurança pública durante operações policiais. O modus operandi das forças policiais dentro das favelas ainda é marcado por abordagens agressivas, permeadas por preconceitos raciais e de classe, deixando em aberto a garantia de vida e proteção patrimonial dos residentes. Se configurando como um Estado que, em vez de assegurar direitos, acaba por violá-los.

Desafiando a narrativa conservadora, frequentemente amplificada pela mídia e outros segmentos mais tradicionais da sociedade, que enfatiza a realização de operações policiais ostensivas nas favelas como a única solução para o enfrentamento dos problemas de segurança pública, a Redes da Maré desenvolve ações que buscam explorar abordagens alternativas para enfrentar as violações ocorridas no território.

## Propostas de políticas públicas:

Instalação de um equipamento da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro para que moradoras e moradores das favelas da Maré possam ter fácil acesso à Justiça. É fundamental que as mulheres em situação de violência consigam judicializar sua situação, bem como qualquer vítima de violação, inclusive, para o atendimento em outras áreas, como o direito do trabalho e o direito do consumidor.

Instalação de uma unidade de acolhimento para atendimento humanizado, um Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS), equipamento público voltado especialmente para o atendimento a pessoas que vivenciam situações de violações de direitos.

Abertura do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) na Maré, uma vez que o atual CRAS Nelson Mandela está fora do território e, além de ser distante para moradores de regiões mais afastadas, é responsável por uma área muito grande.

Criação de um Centro Especializado de Atendimento à Mulher (CEAM), equipamento da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro que integra a rede de enfrentamento à violência contra a mulher.

Abertura de uma unidade da Secretaria de Estado de Trabalho e Renda do Rio de Janeiro (SETRAB), para auxiliar na tarefa de proteção e emancipação feminina, principalmente das que se encontram em dependência financeira, das vítimas de violência patrimonial e, também, da população LGBTQIA+.

Criação de programas em parcerias com as escolas já existentes ou instalação de unidades de educação para a qualificação profissional e tecnológica de moradoras da Maré, de pessoas com deficiência e do público LGBTQIA+.

Construção de espaços de cuidado para as crianças e espaços de atividades em contraturno escolar.

Oferta de cursos de formação para identificação de violência sexual, violência doméstica e negligência familiar para profissionais das escolas locais, além de consolidar o serviço social e psicológico nas unidades educacionais para auxiliar nesses casos.

Instalação de um equipamento voltado para a saúde mental dentro do território da Maré, como um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), assim como a presença de uma equipe do Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) em todas as unidades básicas de saúde.

Pensando nas mães solo ou que são responsáveis pela fonte de renda do núcleo familiar, propõe-se o fortalecimento da política de habitação na Maré, direcionada para mulheres que chefiam famílias.

Trazer para a região a Delegacia de Atendimento à Mulher (DEAM), na Avenida Brasil. É mais um instrumento a serviço da população que, se agir em conjunto com as outras instâncias e segmentos do poder público, poderá causar impacto positivo na redução de casos de violência de gênero.

### **Estratégias de enfrentamento:**

A presença na região das favelas da Maré e o fortalecimento de equipamentos públicos de atendimento é fundamental para que a população das favelas acesse o Estado por meio dos recursos legais e que o Estado chegue a essa população com o seu braço social. É necessário que se construa uma rede de acolhimento para os moradores. O atendimento humanizado para uma vítima de violência é parte fundamental no processo de tratar com dignidade uma pessoa que necessita de amparo.

O CREAS pode realizar ações voltadas para o debate sobre a masculinidade, capacitismo, racismo e relações de gênero, tanto para adultos quanto para adolescentes nas escolas.

A rede de assistência social (CREAS e CRAS) pode realizar acompanhamento familiar por meio de visitas domiciliares.

A partir do CEAM, é possível desenvolver ações, tais como a organização de espaços de formação em primeiros socorros e em defesa pessoal para esse grupo social, formação de equipes compostas por profissionais e moradoras para o enfrentamento da violência de gênero e LGBTfobia e pautar atividades e projetos com horários que permitam a participação das mareenses empregadas.

Uma parceria entre SETRAB e CEAM pode produzir projetos visando emprego e renda para mulheres e população LGBTQIA+ de todas as idades, bem como o encaminhamento para o mercado de trabalho e oportunidades no Programa Jovem Aprendiz para pessoas entre 16 e 24 anos em situação de precarização socioeconômica. A realização de feiras de empreendedorismo feminino é uma ação que busca dar visibilidade às iniciativas já existentes na Maré e incentivar mais mulheres a abrir seu próprio negócio. Na questão do empreendedorismo e do comércio local, o incentivo à abertura de postos de trabalho para mulheres negras, pessoas com deficiência e população LGBTQIA+.

Múltiplas parcerias entre as secretarias em nível municipal e estadual para fortalecer uma rede de proteção social às múltiplas violências sofridas por mulheres, pessoas negras, população LGBTQIA+, pessoas em situação de rua, pessoas com deficiência ou sofrimento psíquico, crianças e adolescentes.

Criação de uma rede de atenção psicossocial para atendimento às pessoas vítimas diretas e indiretas da violência armada e outras violências.

Organizar campanhas frequentes sobre direitos sexuais e reprodutivos.

O Estado, por meio de suas instituições não-militarizadas, deve se articular com as representações locais, como associações de moradores, coletivos, movimentos sociais, organizações da sociedade civil e líderes religiosos. A articulação com a sociedade é importantíssima para legitimar qualquer trabalho, especialmente em se tratando de segurança.

Desenvolver ações em conjunto com as representações locais no sentido de conscientizar os moradores sobre a importância do acesso à justiça e da mediação de conflitos.

Desenvolver ações no sentido de conscientizar os moradores acerca da violência de gênero, racismo e LGBTfobia.

A presença de grupos armados nas favelas da Maré é um fator que, obviamente, limita os direitos, a cidadania e a democracia. Mas são as políticas públicas e estratégias não-militarizadas que, efetivamente, podem enfrentar e reduzir as violências que não são geradas por armas de fogo. No entanto, direitos importantes garantidos pela Constituição Federal não são acessados pela população que reside em áreas onde as políticas públicas não são pensadas com a mesma qualidade e presença como em determinadas partes da cidade que não as favelas e periferias. É possível, sim, que o Estado chegue aos mareenses, principalmente, por meio do braço social e não pelo braço armado. Nesse processo, é essencial que os moradores participem, para que, assim, as formas de atuação respeitem seus direitos, sobretudo, o direito à vida.

### **Estratégias de enfrentamento da violência já empregadas pela Redes da Maré**

- > Fortalecimento de ações independentes;
- > Reprodução e construção de espaços de escuta e práticas de cuidado;
- > Mobilização territorial;
- > Incentivo à produção de conhecimento;
- > Articulação com órgãos de Justiça com atendimentos territorializados.

---

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o olhar atento sobre os dados levantados, que são muito mais que números, revelando pessoas e trajetórias sociais, podemos afirmar que o exercício de monitoramento das diversas formas de violência na Maré é uma iniciativa de fundamental importância no sentido de evidenciar que a garantia do direito à segurança pública no Estado do Rio de Janeiro implica em questões para além da esfera da violência armada.

Há obstáculos que vão além do que o modelo de segurança pautado no confronto, predominante no Estado do Rio de Janeiro, pode superar. Embora haja essa distinção importante, os impactos da violência armada não são paralelos aos das outras formas de violências. Por um lado, a ausência de instrumentos jurídicos que asseguram os direitos dos moradores se deve ao domínio territorial de grupos armados; por outro, a ação militarizada do Estado, baseada no uso da força, viola uma série de prerrogativas legais e altera o cotidiano das favelas. Este estudo revela temas diversos a serem abordados no debate da segurança pública nas favelas, incluindo temas muito urgentes, como a violência de gênero contra mulheres sob o olhar de uma justiça reparatória.

São desafios que as forças policiais sozinhas não são capazes de superar. É preciso que a política de segurança pública seja pensada e elaborada de forma ampla, com estratégias de atuação intersetoriais. É urgente que a ação das forças armadas do Estado respeite os direitos dos moradores de favela e seja pensada considerando também suas demandas. Que seja integrada às políticas

de saúde mental, de saúde do corpo, de capacitação profissional e tecnológica, de incentivo à cultura e ao microempreendedorismo, de formação de atletas, bem como a campanhas de conscientização social sobre violência de gênero, racismo, LGBTfobia e capacitismo, por exemplo. É preciso criar espaços seguros para que estes grupos, com recortes identitários específicos, sejam acolhidos de forma adequada e se sintam confiantes.


Que seja uma política de segurança pública em parceria com organizações civis produtoras de conhecimento, que aproveitem os equipamentos culturais, educacionais, de saúde e esportivos já existentes nas favelas da Maré no máximo de suas potencialidades. E que inclua a chegada de instituições importantes, como a Defensoria Pública e os Centros de Referência de Assistência Social e da proteção básica e especial. É preciso que as polícias sejam um dos braços de um projeto mais abrangente que o atual.



## 2023 • REDES DA MARÉ

Rua Sargento Silva Nunes, 1012  
Nova Holanda, Maré  
Rio de Janeiro, RJ  
CEP: 21044-242

21 3105-5531 / 21 3104-3276

 21 99924-6462

comunicação@redesdamare.org.br  
eixosegurancapublica@redesdamare.org.br  
www.redesdamare.org.br

   REDESDAMARE

---

Design e fotos:  
**Redes da Maré**

Apoio:



re<sup>da</sup>desmaré

Acesse esta publicação em:  
[www.redesdamare.org.br/publicacoes](http://www.redesdamare.org.br/publicacoes)